Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 56 | nº 76 | Terça-feira, 25/04/2023

Atos do Presidente	1
Gabinetes de Autoridades	3
Secretaria de Apoio Especializado	3
Corregedor	4
Comissões, Comitês e Conselhos	5
Comissão de Ética do TCU	5
Secretaria-Geral da Presidência	6
Instituto Serzedello Corrêa	6
Diretoria de Desenvolvimento Profissional	6
Secretaria-Geral de Controle Externo	7
Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas	7
Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros ...	7
Secretaria-Geral de Administração	9
Secretaria-Geral Adjunta de Administração	10
Diretoria de Gestão de Serviços Operacionais	10
Secretaria de Gestão de Pessoas	11
Diretoria de Legislação de Pessoal	12
Serviço de Concessão de Vantagens e Direitos	18
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	19
Diretoria de Programação e Execução Orçamentária e Financeira das Representações do TCU nos Estados	19

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÉGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União administrativo - Ano. 51, n. 197
(2018)- . Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União Administrativo
Normal.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da
União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS**

PORTARIA-TCU Nº 29-SEAE, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 28, inciso XXVI, e 55, inciso I, do Regimento Interno, e considerando o disposto no art. 2º, § 2º, da Portaria-TCU nº 238, de 27 de agosto de 2018, resolve:

CONVOCAR o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti para exercer as funções de Ministro, no período de 25 a 26/04/2023, em virtude de afastamento do Ministro Benjamin Zymler, por motivo de férias, ficando este ato automaticamente sem efeito após cessada sua causa determinante.

MINISTRO BRUNO DANTAS

PORTARIAS

PORTARIA-TCU Nº 91, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

Dispõe sobre a atuação do Tribunal de Contas da União no âmbito da Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas, instituída por meio de acordo de cooperação técnica celebrado em parceria com os tribunais de contas brasileiros.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

considerando o disposto na Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, que dispõe sobre a celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU);

considerando a atuação estratégica do Tribunal indicada no Plano Estratégico para o período de 2023-2028, baseado em cadeia de valor, o qual apresenta como um dos processos geradores de valor interno a gestão da comunicação e do relacionamento institucional;

considerando o Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 1º de dezembro de 2020 pelo TCU, pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com adesão de todos os tribunais de contas brasileiros, para a criação da Rede Integrar de fiscalização de políticas públicas descentralizadas, conforme documentos constantes do processo TC-040.021/2020-3;

considerando a necessidade de sistematizar as formas de cooperação da Rede Integrar e o seu planejamento com os demais tribunais de contas brasileiros;

considerando o Regimento Interno da Rede Integrar, aprovado pela Portaria Conjunta nº 4, de 2 de setembro de 2021, o qual tem por signatários os Presidentes da Atricon, do IRB, do TCU e do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC);

considerando a necessidade de regulamentar internamente, no âmbito do TCU, o funcionamento da Rede Integrar; e

considerando as informações constantes do processo TC-031.679/2022-6, resolve:

Art. 1º A Rede Integrar de Fiscalização de Políticas Públicas Descentralizadas (Rede Integrar), no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), segue o disposto nesta Portaria.

Art. 2º A Rede Integrar é um espaço colegiado de natureza colaborativa, formada pelos Tribunais de Contas signatários e aderentes ao Acordo de Cooperação Técnica firmado em 1º de dezembro de 2020, com a finalidade de fortalecer a atuação coordenada do controle externo brasileiro e contribuir para o aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas descentralizadas no País.

Parágrafo único. A Rede Integrar tem como premissas:

- I - o fortalecimento, a ampliação e o aprimoramento da articulação institucional;
- II - o planejamento das atividades da Rede, de forma a permitir maior eficiência;
- III - a atuação colaborativa, integrativa e democrática dos Tribunais participantes da Rede; e
- IV - a divulgação das atividades desenvolvidas pela Rede Integrar nos canais pertinentes.

Art. 3º A operacionalização da Rede Integrar ocorrerá por meio das seguintes formas de cooperação em comum acordo com os demais partícipes:

I - promoção de estudos e avaliação da oportunidade de seleção de fiscalizações de políticas descentralizadas, com base em indicadores e informações que apontem para problemas e fatores críticos associados ao objeto de análise;

II - realização de trabalhos conjuntos de fiscalização de políticas descentralizadas, quando houver interesse recíproco dos partícipes;

III - compartilhamento e desenvolvimento conjunto de metodologias, processos de trabalho e tecnologias específicas que apoiem a avaliação e fiscalização de políticas públicas descentralizadas;

IV - viabilização do intercâmbio de informações a pedido ou por iniciativa dos partícipes que, em suas fiscalizações, identifiquem aspectos que tangenciam a competência de atuação de outro tribunal de contas e que podem impactar na efetividade da fiscalização;

V - permissão de acesso a bancos de dados dos partícipes ou sob sua custódia, com a finalidade de incorporá-los ao painel de indicadores que integra a metodologia de seleção das fiscalizações, observando-se as vedações impostas pelos respectivos responsáveis e a legislação vigente; e

VI - fomento à realização de cursos, seminários, simpósios, encontros e outros eventos voltados à capacitação e ao desenvolvimento profissional em avaliação e fiscalização de políticas públicas descentralizadas, bem como à disponibilização de vagas em eventos da mesma natureza, promovidos pelos partícipes, observados os critérios de seleção e vagas existentes.

Art. 4º A participação do TCU nas formas de cooperação de que trata o art. 3º desta Portaria dar-se-á de acordo com as prioridades definidas em seus planos institucionais.

Art. 5º Compete à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex):

I - disciplinar os procedimentos acerca da atuação do TCU no âmbito da Rede Integrar, observadas as obrigações dispostas no Acordo de Cooperação Técnica e no Regimento Interno da mencionada Rede, bem como nos demais normativos que regem a matéria; e

II - realizar as ações necessárias para assegurar a participação do TCU na Rede Integrar.

Art. 6º A Secretaria-Geral da Presidência, por meio de suas unidades integrantes e no âmbito de suas atribuições, apoiará a Segecex, no que couber, para propiciar o exercício das ações do TCU na Rede Integrar.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO BRUNO DANTAS

GABINETES DE AUTORIDADES**SECRETARIA DE APOIO ESPECIALIZADO****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****AUTORIZAÇÃO DE DESPESA DE VIAGEM**
Diárias**Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 31 da Portaria-TCU nº 443/2018; art. 1º, inciso XIX, da Portaria-TCU nº 9/2023; e art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.194/2021;
AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM (ATO DE DESIGNAÇÃO): DESPACHO DO PRESIDENTE À PEÇA 7;
ATIVIDADE(S): 7º Seminário de Governança Municipal para Prefeitos e Gestores Públicos. - Sistema Viajar nº 155/2023;
LOCAL/PERÍODO: Porto Velho-RO, em 28/04/2023;
ATESTAÇÃO: Seae.

NOME/MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO/2023)	TOTAL A PAGAR
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES 6183-2	Ministro	27 a 29/04/2023	2,5	2	R\$ 1.318,95	R\$ 120,30	R\$ 3.177,07	R\$ 480,00	R\$ 3.657,07	R\$ 1.907,07	R\$ 1.750,00

Em 24 de Abril de 2023

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
Secretário de Apoio Especializado

RESSARCIMENTO DE DESPESAS
- Autorização -

FUNDAMENTO: art. 7º da Portaria-TCU nº 193, de 20 de julho de 2018, e Portaria-TCU nº 9, de 4 de janeiro de 2023.

Em 20 de abril de 2023.

AUTORIZANDO, no processo de requerimento da servidora abaixo indicada, o ressarcimento da despesa realizada pela requerente, conforme a Manifestação da Seae, exarada à peça 4 dos autos.

CARGO/NOME	VALOR DA DESPESA
AUFC ELAINE FERREIRA SOUZA DANTAS	R\$ 1.230,39 (um mil, duzentos e trinta reais e trinta e nove centavos).

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
Secretário de Apoio Especializado

CORREGEDOR**PORTARIAS**

PORTARIA-CORREG Nº 22, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

O CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando o disposto no Despacho da Presidência do TCU, de 25 de outubro de 2022, exarado nos autos do TC 008.177/2022-8 (peça 58), resolve:

Art. 1º Prorrogar por sessenta dias o prazo inicialmente fixado pela Portaria-Correg n. 11/2023, publicada no BTCU n. 37, de 24 de fevereiro de 2023, que designou Comissão de Processo Administrativo Disciplinar incumbindo-a de dar continuidade aos trabalhos de apuração dos atos e fatos descritos no TC 008.177/2022-8, iniciados pela Comissão designada pela Portaria-Correg n. 29/2022, publicada no BTCU n. 203, de 27 de outubro de 2022 (alterada pela Portaria-Correg n. 30/2022, publicada no BTCU n. 215, de 17 de novembro de 2022), prorrogada pela Portaria-Correg n. 33/2022, publicada no BTCU n. 235, de 16 de dezembro de 2022 (alterada pela Portaria-Correg n. 5/2023, publicada no BTCU n. 27, de 7 de fevereiro de 2023).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Corregedor, Ministro Vital do Rêgo, e o servidor compromissário (identidade preservada), no Processo Administrativo Disciplinar TC 019.013/2022-1, tendo por objeto a adequação da conduta do servidor compromissário aos termos previstos nos incisos II, III, IX e XI do art. 116 da Lei 8.112/1990. Prazo para cumprimento: 2 (dois) anos, contados a partir da assinatura. Fundamento: Portaria-TCU 68/2023.

Em 25 de abril de 2023.

ALESSANDRO GIUBERTI LARANJA
Chefe de Gabinete da Corregedoria

COMISSÕES, COMITÊS E CONSELHOS**COMISSÃO DE ÉTICA DO TCU****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****SUMÁRIO DAS MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO DE ÉTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO APROVADAS NA 2ª REUNIÃO DELIBERATIVA REALIZADA EM 2023****Nºs 6/2023**

ASSUNTO: eventual impedimento de servidor para atuar em processos de controle externo que envolvam o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal em virtude de processos judiciais em que litiga ou litigou contra as mencionadas instituições.

I - inexistente, na Lei 8.112/1990 ou no Código de Conduta Ética dos Servidores, impedimento ao servidor de controle externo semelhante ao imposto aos juízes nos termos do art. 144, inciso IX, do Código de Processo Civil;

II - regra geral, a existência, atual ou passada, de ação judicial de ordem privada entre servidor e unidade jurisdicionada não configura impedimento para que atue em processo de controle externo que a envolva, o que não exime o servidor, de acordo com o previsto no art. 6º, inciso XI, do Código de Conduta Ética dos Servidores, c/c os art. 7º, *caput*, e 8º da Portaria-TCU 112/2022, do dever de levar a situação ao conhecimento do dirigente máximo da respectiva unidade de vinculação, caso entenda possível ou reconheça a real ocorrência de conflitos de interesses públicos e privados;

III - na hipótese em que se discuta, no processo de controle externo, matéria específica em comum com a ação judicial movida pelo servidor contra unidade jurisdicionada, havendo consenso acerca da existência ou da inexistência de conflito de interesses, cabe aos dirigentes da unidade de lotação do servidor, conforme o caso, a adoção de medidas tendentes a afastar ou manter a designação do servidor para a tarefa que deu causa ao questionamento, observado o disposto no art. 7º, § 1º, da Portaria-TCU 112/2022;

IV - restando dúvida ou não havendo consenso entre o servidor e os dirigentes da unidade técnica, a matéria deve ser levada à Comissão de Ética, juntamente com os elementos necessários à correta avaliação do caso concreto, consoante previsto no art. 7º, § 3º, da Portaria-TCU 112/2022.

Nº 7/2023

ASSUNTO: atuação de servidor como consultor independente na área de licitações e contratos, podendo ou não ser signatário de eventuais relatórios que vierem a ser elaborados por estas empresas prestadoras de consultoria nestas áreas.

I - a resposta à consulta sobre situações que podem configurar conflito de interesses depende de avaliação nos casos concretos, nos termos do art. 14, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Código de Conduta Ética dos Servidores, aprovado pela Resolução-TCU 330/2021; porém, é possível afirmar que a prestação de consultoria independente na área de licitações e contratos poderá configurar conflito entre interesses públicos e privados e/ou poderá ser vedada nas situações:

a) em que o servidor seja remunerado, direta ou indiretamente, com recursos federais para prestação de serviços a qualquer título, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, nos termos da Lei 14.436/2022, art. 18, inc. VII;

b) previstas no art. 14, inciso I, alíneas “a” e “b”, do Código de Conduta Ética dos Servidores, aprovado pela Resolução-TCU 330/2021;

c) em que o servidor intervenha, direta ou indiretamente, ou represente em favor do interesse de terceiros junto ao Tribunal de Contas da União, ou preste, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica que esteja em situação de conflito de interesse em razão do exercício do cargo ou função, nos termos da Resolução-TCU 330/2021, art. 8º, inc. III e IV;

d) no que couber, nas hipóteses constantes da Lei 12.813/2013, que pode ser aplicada analogicamente, notadamente as previstas em seu art. 5º, incs. II, III, IV, V e VII, c/c seu art. 2º, parágrafo único.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR EM EVENTO EXTERNO

- Autorização -

Em 4 de abril de 2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, Resolução-TCU nº 212/2008, Decisão-TCU nº 439/1998-Plenário e inciso III do artigo 10 do Anexo I da Portaria-ISC nº 8, de 21 de junho de 2017.

EVENTO EXTERNO: Seminário de Educação Conectada

PERÍODO: 11/04/2023

LOCAL: Brasília/DF

AUTORIZO, na forma proposta no processo de interesse das servidoras relacionadas a seguir, a participação no evento descrito acima.

Participante	Lotação	Cargo	Matrícula	Diárias	Passagens	Inscrição (R\$)
ALINE RODRIGUES FERREIRA	SecexEnergia	AUFC	45713-2	Não	Não	1.000,00
ANA BEATRIZ LEMOS DA COSTA	SecexEnergia	AUFC	8116-7	Não	Não	1.000,00
ANA PAULA SMIDT NARDELLI	SecexEnergia	AUFC	10204-0	Não	Não	1.000,00

(TC 006.565/2023-9, para o pagamento de inscrições no valor de R\$ 3.000,00)

DANIEL LUIZ DE SOUZA
Diretor da Didep

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTAS PÚBLICAS****UNIDADE DE AUDITORIA ESPECIALIZADA EM BANCOS PÚBLICOS E REGULADORES
FINANCEIROS****PORTARIAS**

PORTARIA-AUDBANCOS Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2023.

Delega e subdelega competência ao Auditor-Chefe Adjunto, aos Diretores, Assessores e servidores lotados na Assessoria da AudBancos para os atos que especifica.

O AUDITOR-CHEFE DA UNIDADE DE AUDITORIA ESPECIALIZADA EM BANCOS PÚBLICOS E REGULADORES FINANCEIROS, no uso das atribuições conferidas no art. 42 da Resolução-TCU 347, de 12 de dezembro de 2022, e com fundamento nas delegações de competência do Ministro Presidente, dos Ministros Relatores e do Secretário-Geral de Controle Externo, resolve:

Art. 1º Delegar as competências do Auditor-Chefe ao Auditor-Chefe Adjunto e, em seus afastamentos ou impedimentos, ao respectivo substituto.

Art. 2º Delegar ou subdelegar competências aos Diretores e Assessores da Unidade de Auditoria Especializada Em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos) e, em seus afastamentos, aos respectivos substitutos, e aos servidores lotados na Assessoria da AudBancos para praticarem os seguintes atos nos processos e ações sob a responsabilidade das subunidades pelas quais respondem:

I - autuar ou determinar a autuação e saneamento de processos, inclusive os de caráter reservado;

II - emitir pronunciamento da unidade nos processos de responsabilidade das subunidades pelas quais respondem, bem como nos processos que lhes forem destinados pelo Secretário, de forma extraordinária, salvo nos processos de auditoria, Relatório de Monitoramento (RMON) ou processos com proposta de responsabilização;

III - determinar a realização de diligências, oitivas, audiências, citações e inspeções necessárias ao saneamento dos processos, bem como assinar as respectivas comunicações, nos termos delegados pelos respectivos Ministros Relatores;

IV - assinar ofícios de comunicação de fiscalização e de apresentação de equipes de fiscalização;

V - decidir sobre requerimento do responsável ou representante legal de prorrogação de prazo para atendimento de Ofícios de comunicação processual (diligência, oitiva, audiência ou citação), bem como submeter aos Relatores pronunciamento a cargo da unidade nas hipóteses em que não houver delegação;

VI - decidir sobre solicitações de informação, juntada de documentos, nos termos do art. 160, §1º, do Regimento Interno do TCU, e sobre solicitações de vista/cópia de peças ou processos, inclusive sigilosos, ou, nas hipóteses em que não houver delegação, submeter ao Relator;

VII - emitir pronunciamento a cargo da unidade sobre Pedidos de Acesso à Informação relativos a processos de controle externo, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e Resolução TCU 249/2012;

VIII - conceder prorrogação de prazos previstos nas normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos e limites das delegações de competências previstas nas respectivas decisões normativas;

IX - encaminhar, a quem de direito, processos ou documentos endereçados equivocadamente a esta unidade;

X - assinar os despachos internos padronizados e/ou ações no sistema e-TCU de encerramento, arquivamento e apensamento de processos;

XI - assinar despacho de encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministério Público com proposta de apostilamento do Acórdão, para retificação de erros materiais;

XII - assinar despacho de encaminhamento dos autos ao gabinete do Ministro Relator com proposta de quitação de débito e/ou multa, após comprovado o recolhimento do(s) valor(es) pelo responsável, nos termos do art. 218 do Regimento Interno;

XIII - emitir pronunciamento a cargo da unidade com proposta de sobrestamento de processos, bem como de levantamento dessa condição;

XIV - assinar os Ofícios de comunicação derivados de deliberação do Relator ou, por delegação, do Secretário, ou do Tribunal, independentemente do seu teor;

XV - autorizar a realização de trabalho fora das dependências do Tribunal, observados os requisitos da Portaria-TCU nº 9, de 18 de janeiro de 2022, ou da que vier a substituí-la;

XVI - remeter relatório de fiscalização ou instrução preliminar aos destinatários das deliberações para apresentação de comentários sobre as propostas de determinação ou recomendação, bem como, se for o caso, o registro da dispensa da providência, tal qual estabelecido no art. 8º da Resolução-TCU nº 315/2020, ou norma que vier a substituí-la;

XVII - encaminhar processos de Proposta de Fiscalização (PFIS);

Parágrafo único - Estão excluídas das delegações de competência de que trata este artigo os pronunciamentos respectivos a processos nas seguintes situações:

I - conter, no âmbito da unidade, divergência de manifestações;

II - conter proposta de imposição das sanções previstas na Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - conter proposta de determinação que possa acarretar impacto relevante no âmbito da gestão da unidade jurisdicionada ou de sua área de atuação;

IV - tratar-se ou possuir atributos de Solicitação do Congresso Nacional;

V - possuir, como responsáveis, ministros de Estado ou autoridades equivalentes, governadores, prefeitos das capitais, parlamentares federais, ministros de tribunais superiores, membros do poder judiciário, bem como dirigentes máximos, diretores e conselheiros de empresas estatais e fundos de pensão.

Art. 4º Os atos emitidos com base nesta portaria deverão fazer-lhe remissão expressa, assim como às respectivas portarias de delegação dos Relatores ou do Presidente do Tribunal.

Art. 5º A prática de atos objeto de delegação por intermédio desta Portaria fica condicionada aos limites impostos pela delegação do Presidente, dos Relatores e do Secretário-Geral de Controle Externo.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGOSTINHO GARRIDO TEIXEIRA DE CARVALHO
Auditor-Chefe

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

**REMOÇÃO A PEDIDO POR MOTIVO DE SAÚDE
- Indeferimento -**

Em 24 de abril de 2023

INDEFERIR, no processo de interesse da servidora ADRIANA DE ALMEIDA MENEZES (TEFC - matr. 6007-0), o pedido de remoção por motivo de saúde, por ausência de requisitos legais, com fundamento no art. 36, inciso III, alínea “b”, da Lei 8.112/1990, no art. 2º, § 3º, inciso II, da Resolução-TCU 286/2017 e na delegação de competência constante do art. 1º, inciso III, alínea “d”, da Portaria-TCU 6/2023.

(TC 003.771/2023-7)

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário-Geral de Administração

SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**AUTORIZAÇÃO DE DESPESA DE VIAGEM****Diárias****Autorização de Pagamento para Viagem Autorizada por Instância Competente**

FUNDAMENTO: arts. 19 e 31 da Portaria-TCU nº 443/2018; Portaria-Adgedam nº 1/2023; § 2º do art. 9º da Portaria-TCU nº 143/2016; e inciso XIII do art. 18 da Lei nº 14.436/2022;

AUTORIZAÇÃO DA VIAGEM (ATO DE DESIGNAÇÃO): AUTORIZAÇÃO DA SECEXDESENVOLVIMENTO;

ATIVIDADE(S): Reunião Técnica para Integração da SecexDesenvolvimento (AudAgroAmbiental, AudEducação e AudSaúde) - Sistema Viajar nº 95/2023;

LOCAL/PERÍODO: Brasília-DF, de 08 a 12/05/2023;

ATESTAÇÃO: SecexDesenvolvimento.

NOME/MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO VIAGEM	DIÁRIAS	DIAS ÚTEIS	VALOR UNIT.	DESC AUX.-ALIM.	TOTAL DIÁRIAS	ADIC. EMB./DES.	TOTAL GERAL	GLOSA (LDO/2023)	TOTAL A PAGAR
LEANDRO SANTOS DE BRUM 3582-3	AUFC FC-4	07 a 13/05/2023	6,5	5	R\$ 701,00	R\$ 300,75	R\$ 4.255,75	R\$ 480,00	R\$ 4.735,75	R\$ 185,75	R\$ 4.550,00
LEONIR BAMPI 3860-1	AUFC	09 a 11/05/2023	2,5	2,5	R\$ 600,00	R\$ 150,38	R\$ 1.349,62	R\$ 480,00	R\$ 1.829,62	R\$ 79,62	R\$ 1.750,00
MARCO ANTONIO BONTEMPO DE MORAES 1941-0	TEFC	07 a 12/05/2023	5,5	4,5	R\$ 555,00	R\$ 270,68	R\$ 2.781,82	R\$ 480,00	R\$ 3.261,82	R\$ 0,00	R\$ 3.261,82
MARCOS SHINJI KINPARA 2854-1	AUFC	08 a 12/05/2023	4,5	4,5	R\$ 600,00	R\$ 270,68	R\$ 2.429,32	R\$ 480,00	R\$ 2.909,32	R\$ 0,00	R\$ 2.909,32
MARCUS DIMITRIUS MARCHESINI 8108-6	AUFC	08 a 11/05/2023	3,5	3,5	R\$ 600,00	R\$ 210,53	R\$ 1.889,47	R\$ 480,00	R\$ 2.369,47	R\$ 0,00	R\$ 2.369,47
RICARDO ALCKMIN HERRMANN 5671-5	AUFC	08 a 11/05/2023	3,5	3,5	R\$ 600,00	R\$ 210,53	R\$ 1.889,47	R\$ 480,00	R\$ 2.369,47	R\$ 0,00	R\$ 2.369,47
ROSANA DE OLIVEIRA MACHADO ARAGAO 7628-7	AUFC FC-5	06 a 13/05/2023	6,5	5	R\$ 787,00	R\$ 300,75	R\$ 4.814,75	R\$ 480,00	R\$ 5.294,75	R\$ 744,75	R\$ 4.550,00
UADSON ULISSES MARQUES MARTINS 3070-8	AUFC FC-4	08 a 11/05/2023	3,5	3,5	R\$ 701,00	R\$ 210,53	R\$ 2.242,97	R\$ 480,00	R\$ 2.722,97	R\$ 272,97	R\$ 2.450,00

Onus para o TCU no período de 7 a 13/5/2023.

Em 24 de Abril de 2023

TEONIO WELLINGTON MARTINS

Diretor de Gestão Operacional

RESSARCIMENTO DE DESPESAS
- Autorização de Pagamento -

FUNDAMENTO: Portaria-Adgedam nº 1/2023; Resolução-TCU nº 107/1998; e Portaria-TCU nº 62/2006;
 ATIVIDADE/EVENTO: Reunião Anual do Comitê de Criação de Capacidades (CCC) da Olacefs - Sistema Viajar - Evento nº 91/2023;

LOCAL/PERÍODO: Puerto Baquerizo Moreno - Equador, de 17 a 20/04/2023;

Em 25 de Abril de 2023

NOME/MATRICULA	DESPESA	PERÍODO A RESSARCIR	VALOR (R\$)
ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM 5628-6	Seguro Internacional de Saúde	15 a 22/04/2023	191,55

TEONIO WELLINGTON MARTINS
 Diretor de Gestão Operacional

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIAS

PORTARIA-SEGEP Nº 96, DE 24 DE ABRIL DE 2023

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso VII do art. 1º da Portaria nº 3, de 3 de janeiro de 2023, da Secretaria-Geral de Administração deste Tribunal, e, tendo em vista o que consta da Portaria-TCU nº 323, de 1º de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Designar SANDRO GRANGEIRO LEITE, matrícula 4197-1, AUFC, para exercer a função de confiança de Especialista Sênior III, código FC-5, no(a) Gabinete do Procurador MARINUS EDUARDO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EGBERT NASCIMENTO BUARQUE

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

ABONO DE PERMANÊNCIA
- Concessão -

19 de abril de 2023

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 10 da Emenda Constitucional nº 103/2019, e subdelegação de competência constante da Portaria-Segedam 3/2023.

CONCEDO o abono de permanência no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, na forma proposta pela Diretoria de Legislação de Pessoal.

NOME/CARGO/MATRICULA	PROCESSO	A PARTIR DE
EDGARD PAULO JOAQUIM DA MATTA/AUFC/2814-2	007.759/2023-1	21/10/2022

EGBERT NASCIMENTO BUARQUE
 Secretário

DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL**PORTARIAS****PORTARIA-DILPE Nº 133, DE 24 DE ABRIL DE 2023**

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso III do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar GUILHERME BARBOSA NETTO, matrícula 3117-8, AUFC, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico, código FC-2, no(a) Gabinete do Procurador MARINUS EDUARDO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDIRA DA CONCEIÇÃO ARAUJO LIMA

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

PORTARIA-DILPE Nº 134, DE 24 DE ABRIL DE 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso III do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar HELOISA RODRIGUES DA ROCHA, matrícula 9473-0, AUFC, para exercer a função de confiança de Coordenador de Ações de Controle, código FC-3, no(a) Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

PORTARIA-DILPE Nº 135, DE 24 DE ABRIL DE 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso III do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar ROBINSON ARAUJO DA FROTA, matrícula 8171-0, AUFC, para exercer a função de confiança de Coordenador de Ações de Controle, código FC-3, no(a) Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

PORTARIA-DILPE Nº 136, DE 24 DE ABRIL DE 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso III do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar DAGOMAR HENRIQUES LIMA, matrícula 3104-6, AUFC, para exercer a função de confiança de Coordenador de Ações de Controle, código FC-3, no(a) Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

PORTARIA-DILPE Nº 137, DE 24 DE ABRIL DE 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso III do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

Art. 1º Designar FABIO MORENO DE ANDRADE ALMEIDA, matrícula 2937-8, AUFC, para exercer a função de confiança de Coordenador de Ações de Controle, código FC-3, no(a) Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA

(Publicado no DOU Edição nº 78 de 25/04/2023, Seção 2, p. 68)

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

**FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Designação de substituto eventual -**

Em 25 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR LEONARDO AMATO LORIATO, matrícula 10665-8, para substituir, no(a) Diape/AudGovernanca/Secretaria de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado, o(a) Diretor, código FC-4, RICARDO AKL LASMAR DE ALVARENGA, matrícula 10680-1, nos seus afastamentos eventuais a partir de 26/4/2023.

(Número de controle: 7645)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 24 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR CARLOS MAGNO DA COSTA DE MELLO LOPES, matrícula 12047-2, para substituir, no(a) Secretaria de Controle Externo da Função Jurisdicional, o(a) Assessor, código FC-3, LIA DE CASTRO SILVA, matrícula 4777-5, no período de 2/5/2023 a 2/6/2023, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 7648)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 24 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR GERALDO MARTINS DE MELO, matrícula 3482-7, para substituir, no(a) Selip-ASS/Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio, o(a) Assessor, código FC-3, LUCIÊNIO DE LIMA DOS SANTOS, matrícula 10078-1, no período de 19/6/2023 a 30/6/2023, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 7642)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 24 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR PAULO VINÍCIUS MENEZES DA SILVEIRA, matrícula 4594-2, para substituir, no(a) AudAgroAmbiental/Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável, o(a) Auditor-Chefe, código FC-5, HUGO CHUDYSON ARAÚJO FREIRE, matrícula 8144-2, no período de 27/4/2023 a 28/4/2023, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 7651)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 24 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR VILMAR AGAPITO TEIXEIRA, matrícula 3827-0, para substituir, no(a) Gabinete do Ministro AUGUSTO NARDES, o(a) Assessor de Ministro, código FC-5, MARCELO KLIMKIEVICZ MOREIRA, matrícula 5711-8, no período de 26/4/2023 a 12/5/2023, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 7647)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 24 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR THIAGO DA CUNHA BRITO, matrícula 10670-4, para substituir, no(a) AudBancos/Secretaria de Controle Externo de Contas Públicas, o(a) Assessor, código FC-3, VICTOR SOUZA LOPES DE OLIVEIRA, matrícula 9455-2, no período de 2/5/2023 a 19/5/2023, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 7649)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 25 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR PAULA ROSANA SILVEIRA PILENGHI, matrícula 8929-0, para substituir, no(a) Secretaria de Comunicação, o(a) Secretário, código FC-5, ANA CRISTINA SIQUEIRA NOVAES, matrícula 4576-4, no dia 5/5/2023, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 7654)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 25 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR RODRIGO LUÍS FIGUEIREDO BALDEZ, matrícula 6519-6, para substituir, no(a) Sesti/Dipes/Secretaria de Tecnologia da Informação e Evolução Digital, o(a) Chefe de Serviço, código FC-3, GERALDO MAGELA LOPES DE FREITAS, matrícula 2426-0, no período de 26/4/2023 a 28/4/2023, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 7644)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 25 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR LEONARDO ANTÔNIO DE MENESES, matrícula 7644-9, para substituir, no(a) Gabinete do Procurador-Geral, o(a) Chefe de Gabinete, código FC-5, GUILHERME MOREIRA DA SILVA, matrícula 4560-8, no período de 15/5/2023 a 26/5/2023, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 7641)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 25 de abril de 2023

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 3º da Portaria nº 23, de 26 de janeiro de 2023, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal e, tendo em vista o que consta da Portaria-TCU nº 323, de 1º de outubro de 2019, resolve:

DESIGNAR LEONARDO ANTÔNIO DE MENESES, matrícula 7644-9, para substituir, no(a) Gabinete do Procurador-Geral, o(a) Especialista Sênior III, código FC-5, VICTOR DE OLIVEIRA MEYER NASCIMENTO, matrícula 5879-3, no período de 8/5/2023 a 12/5/2023, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 7640)

CRÍSCIE LIZITA LÔBO SILVEIRA
Diretora da Dilpe

SERVIÇO DE CONCESSÃO DE VANTAGENS E DIREITOS**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****LICENÇA CAPACITAÇÃO****- Concessão -**

Em 25 de abril de 2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 33/2023.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
NILDES MARIA LEITE DA SILVA / AUFC / 9931-7 / AUDEDUCAÇÃO/SEGECEX	06/05/2023 a 03/08/2023	1ª	2º	06/08/2013 a 04/08/2018
CURSO/INSTITUIÇÃO: 1) PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2) PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 3) COMO IMPLEMENTAR A LGPD: BASES, MECANISMOS E PROCESSOS/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4) SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES ; SEI - USAR/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 5) NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 6) NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SANÇÕES AO FORNECEDOR/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 7) TESOURO DIRETO/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 8) INTRODUÇÃO À LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS/ENAP ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.				

(Solicitação Cesp nº 31807)

VANDIRA DA CONCEIÇÃO ARAUJO LIMA
Chefe do SCV

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS REPRESENTAÇÕES DO TCU NOS ESTADOS****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR****- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria-Segedam nº 5, de 3 de janeiro de 2023, e pelo inciso VI, art. 3º, da Portaria-Secof nº 1, de 3 de janeiro de 2023.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação e Execução Orçamentária das Representações do TCU nos Estados (SEO/Diex), a(s) Despesa(s) de Exercício(s) Anterior(es) (DEA) abaixo:

Em 24 de abril de 2023

FAVORECIDO	OBJETO	EXERCÍCIO	VALOR	PROCESSO
DIRETIVA PATRIMONIAL LTDA	3º Termo de Apostilamento ao contrato nº 1/2020-MS de prestação de serviços continuados de Supervisor Administrativo nas dependências da Representação do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso do Sul - REP-MS.	2022	R\$ 252,15	TC-003.506/2023-1

MARCUS VINICIUS MITRE CARTAXO
Diretor(a) da Diex